

O pensamento de Antônio Gramsci na luta pela Saúde do Trabalhador

The thought of Antonio Gramsci in the struggle for Health Worker

Maria Julia Paiva de França*

Resumo- Este artigo busca correlacionar princípios utilizados na construção do Modelo Operário Italiano (MOI) de Saúde do Trabalhador da década de 1960 com o pensamento de Antonio Gramsci. O MOI, que teve como principal objetivo criar um novo método de ação contra a nocividade no trabalho, tendo como seu protagonista o próprio trabalhador, influenciou o campo das relações saúde/trabalho no Brasil, e na construção de sua metodologia podemos perceber a influência de Gramsci, principalmente na vertente do trabalho como princípio educativo, na formação de trabalhadores e estes como intelectuais produtores de conhecimento. O saber operário, o processo educativo e a socialização do conhecimento tiveram papéis fundamentais nessa construção acompanhada pela ideia da necessidade fundamental de um envolvimento ativo e responsável dos trabalhadores, junto com os técnicos, e pela implicação da saúde não como reivindicação, mas sim como algo a ser construído com a participação direta dos trabalhadores.

Palavras-chaves: Modelo Operário Italiano (MOI); Saúde do Trabalhador; Antonio Gramsci.

Abstract- This article seeks to correlate the principles used in the construction of the Italian Laborer Health Model (MOI) of Workers' Health in the 1960s, and the thought of Antonio Gramsci. The MOI aimed to create a new method of action against the harmfulness of work, taking as its protagonist the worker. The MOI influenced the field of work-health relations in Brazil, and the construction of its methodology we can see the influence of Gramsci principally on the work as an educational principle in the formation of these workers and intellectuals as producers of knowledge. The worker's knowledge, the educational process and the socialization of knowledge had key roles in these constructions accompanied by the idea of the need for active involvement and responsible, along with the technicians and the implications of health, not as demand, but as something to be built with the direct participation of workers

Keywords: Italian laborer health model; Workers' Health; Antonio Gramsci.

* Psicóloga e mestre em Saúde Pública, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NUFIPE) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e colaboradora do Grupo de Direitos Humanos e Saúde Helena Bersseman (DIHS) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). *Correspondência:* Rua 47 nº 7 Engenho do Mato-Itaipú CEP: 24344-030. Niterói/RJ. E-mail: <julia-paiva@hotmail.com>.

Introdução

O debate desenvolvido no Brasil e em diversos países sobre o campo das relações saúde-trabalho, entre as décadas de 1960 a 1980, teve grande influência do Modelo Operário Italiano (MOI) de saúde do trabalhador. Discutia-se a necessidade de se buscar novas alternativas de enfrentamento da nocividade dos ambientes de trabalho, com a criação de novas metodologias de intervenção. Um dos enfoques relevantes no debate era a participação do trabalhador como protagonista imprescindível na luta. E, nesse contexto, o MOI foi emblemático no encaminhamento de propostas concretas de mudança, acabando por servir de modelo de saúde do trabalhador.

Embora o Brasil tenha traçado novos rumos da institucionalidade das relações saúde-trabalho, inclusive com a sua inscrição na Constituição Federal de 1988, por influência desse modelo e a despeito da saúde do trabalhador brasileira ter sido fortemente influenciada pelo modelo, os textos acadêmicos de base nacional fazem menção a essa influência com escassa vinculação histórica à sua origem e, principalmente, com o pensamento de Antonio Gramsci. Nesse sentido, o resgate histórico permite a tomada de novas postulações teórico-conceituais que possam, eventualmente, ser consideradas na construção da saúde do trabalhador no Brasil.

A literatura existente sobre o modelo operário reportava-se às lutas operárias na Itália nos primeiros anos do século XX, em que Antonio Gramsci, com sua militância e formulações político-filosóficas, havia participado intensamente e influenciado na criação de metodologias de ação e cotejamento teórico com os acontecimentos. Décadas depois, os textos do e sobre o MOI deixaram patente essa influência. Contudo, como já exposto, eram e continuam sendo escassas as correlações entre Gramsci e os métodos de ação e luta do operariado italiano na busca por uma saúde nas fábricas daqueles anos.

Este artigo se propõe realizar uma avaliação desse processo histórico, buscando resgatar as postulações teórico-conceituais relevantes que surgiram, correlacionando-as com a filosofia gramsciana. A partir da literatura nacional e internacional que trata do tema, observamos que o pensamento de Gramsci estava profundamente arraigado na empiria desencadeada pelo MOI e na sua tradução teórico-metodológica, inclusive a relação de Gramsci com o Partido Comunista Italiano (PCI), que permeou sua militância passo a passo com o seu pensamento filosófico, guarda uma semelhança com a construção do MOI e sua vinculação ao PCI.

O Modelo Operário Italiano (MOI)

No final do século XIX e início do século XX a riqueza dos movimentos dos trabalhadores, em suas lutas por mais direitos, fortaleceu a

classe trabalhadora e suas organizações. Entretanto, as duas guerras mundiais (1914-1918; 1939-1945) com o surgimento do fascismo em vários países, especialmente na Itália, enfraqueceram a luta operária nesse período.

A Itália, nos anos de 1950 e 1960, exibia altíssimos índices de acidentes de trabalho. Dados do anuário estatístico italiano de 1954 mostravam que os acidentes de trabalho superavam um milhão de casos anuais. De 1953 a 1962, o aumento dos acidentes de trabalho na indústria italiana foi de 80%. Em 1964, reportava-se “um acidente de trabalho a cada 20 segundos, uma invalidez permanente a cada dez minutos e 15 mortes por acidentes de trabalho todos os dias”. (BELLI, 2001, p.67).

Por esse motivo a reconstrução do país se confrontou com a reconstrução da sua classe operária, sua organização e sua luta, no período em que se consolidava a divisão do mundo pós-guerra nos dois blocos ideológicos da Guerra Fria. Igualmente à época da militância de Gramsci, 40 anos antes, o sindicalismo operário italiano após a Segunda Guerra Mundial era fortemente vinculado ao Partido Comunista Italiano (PCI) que, no período da Guerra Fria, chegou a ser o maior partido comunista do Ocidente fora do bloco soviético. Pelo fato de ostentar uma força político-partidária no contexto italiano, o PCI contribuiu para o fortalecimento da luta operária, cujo foco foi muito marcado sobre a “saúde nas fábricas”, especialmente em virtude da gravidade dos indicadores de acidentes de trabalho (PAIVA; VASCONCELLOS, 2011). Sindicatos e partidos políticos debatiam sobre as relações capital-trabalho na década de 1950 e a saúde nas fábricas era um tema recorrente. No ano de 1954, a Confederazione Generale Italiana del Lavoro (CGIL) introduziu o tema “Retorno à fábrica”, para que seus sindicatos afiliados envidassem negociações com os patrões sobre as relações de trabalho. (ALONSO, 2007).

Naquele momento vivia-se o dilema de escolher entre emprego ou a luta pela saúde. Sindicatos e trabalhadores aceitavam passivamente os riscos à saúde, por obterem compensações salariais de horas extras, indenizações e adicionais de risco no trabalho. Ainda não havia nascido uma identidade da classe trabalhadora italiana que reconhecesse sua força de luta, na qual sobressairia a questão da saúde que, tempos depois, viria a servir como paradigma de mudanças na forma de intervir sobre os problemas de saúde no trabalho.

Na década de 1960, o amadurecimento e a consciência culminam com a mobilização da classe trabalhadora vinculada ao tema “exploração = doença e ação coletiva = mais saúde”. Nesse contexto, com o direcionamento que o sindicalismo operário assumia tornou-se imperioso conhecer a realidade do processo produtivo em seus meandros, a organização do trabalho e a diversidade de variáveis envolvidas, assim como, desenvolver investigações e criar estratégias de proteção física e psíquica para os trabalhadores. À prevalente cultura proletária e patronal de monetarização do risco – exposição ao risco em troca de dinheiro – interpunha-se um

movimento que precisaria superar a cultura do operariado de receber um pagamento para continuar se expondo aos riscos, adoecendo e morrendo no trabalho (ALONSO, 2007; BERLINGUER, 1983, p. 17).

O movimento se estruturava e, entre os inúmeros trabalhadores, sindicalistas, estudantes, técnicos, políticos e militantes partidários que participaram, alguns personagens se destacaram por seu empenho e liderança, como Gastone Marri (sindicalista e mentor do modelo), Ivar Oddone (médico e mentor do modelo), Giovanni Berlinguer (médico do trabalho e parlamentar do PCI), além do próprio PCI que cumpriu um papel fundamental nessa luta, influenciando profundamente na política do país (VACCA, 2006).

Dentro da CGIL, em torno de 1961, nascia um modelo de controle da nocividade do ambiente de trabalho, cuja face marcante foi o reconhecimento, por parte dos próprios trabalhadores, do poder do seu saber e o potencial transformador a partir desse saber. “O modelo operário italiano nasceu com a proposta de modificar conceitos e romper com o paradigma no qual a defesa da saúde deveria ficar a cargo das instituições oficiais” (PAIVA; VASCONCELLOS, 2011, p.385). Os próprios trabalhadores eram os protagonistas da condução das lutas, auxiliados pelos sindicalistas e técnicos, pois a experiência operária tinha informações e impressões da realidade vivida que ninguém mais detinha (ALONSO, 2007).

Através de debates e entrevistas na *Farmitalia*¹ feita por trabalhadores, sindicalistas e técnicos, as causas da nocividade ambiental e as características do seu processo produtivo foram identificadas progressivamente. Outras experiências sucederam-se na *Fiat Mirafiori*² e, mesmo que questões sobre insalubridade e periculosidade tenham ficado aquém do desejado, tornou-se visível a possibilidade real de aliança entre técnicos e operários na direção da mudança e, ainda em 1961, um dos convênios realizados entre patrões e o sindicato adotou reivindicações revolucionárias como a utilização de substâncias menos nocivas; medidas preventivas; criação de comissão ambiental; rodízio e pausas nos trabalhos de risco; direito do sindicato intervir com peritos externos (ALONSO, 2007; ODDONE et al, 1986). Em 1963 já havia material teórico suficiente para iniciar um debate mais qualificado do sindicato e trabalhadores em relação a alguns temas: adaptação e eficácia do controle interno das condições de trabalho; indenização versus prevenção; maquinário; legislação sobre doenças do trabalho; relação homem-máquina; exigências psicossomáticas dos trabalhadores. (BELLI, 2001).

Em Turim, em 1964, foi criado por operários, sindicalistas, estudantes e técnicos o primeiro centro de luta contra a nocividade no trabalho. Em Milão, foi criado o segundo e mais quatorze foram criados em seguida. O objetivo era o de construir um centro de memória da luta, que se propunha estudar o controle da nocividade do ambiente, as doenças, os

¹ Fábrica de substâncias químicas na Itália denominada pelos operários como “morte branca”.

² Fundação da fábrica da Fiat

efeitos da fadiga, os agentes químicos e a silicose, entre outros estudos importantes (ALONSO, 2007). Os centros nos reportam às palavras de Gramsci em um de seus artigos no *L'Ordine Nuovo*: "Somente de um trabalho comum e solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca é que nascerá a ação concreta de construção" (GRAMSCI, 2004, p.245). Aliada aos debates, a experiência e colaboração de Ivar Oddone contribuiu de forma decisiva, situando a saúde não como reivindicação, mas como algo a ser construído pelos trabalhadores, com sua participação direta, conscientização e resignificação da saúde no ambiente de trabalho (BELLI, 2001).

Com o objetivo de conhecer as condições de trabalho, a partir da percepção dos operários, o PCI, em 1967, iniciou um inquérito nas fábricas. Com entrevistas e aplicação de questionários, foi feito um amplo levantamento das reais condições de trabalho no interior das fábricas. As observações dos operários retrataram a realidade da exploração e sua repercussão sobre a saúde, demonstrando claramente a convivência dos órgãos do aparelho de Estado responsáveis pela proteção do trabalhador (BERLINGUER, 1983).

A participação ativa do trabalhador, o conhecimento e a sua autonomia possibilitaram, pouco a pouco, a construção do conceito de não delegação, cujo significado implica em não delegar à técnica tradicional e instituída e à gestão político-institucional o direito do controle das condições do ambiente de trabalho. (PAIVA; VASCONCELLOS, 2011).

A validação consensual dos problemas, pilar conceitual do modelo, foi se consolidando, pouco a pouco na busca de consenso entre os próprios trabalhadores e, em seguida, destes com os técnicos, tais como os médicos. Gradualmente foi possibilitando a validação de parâmetros dos riscos à saúde e, ainda, das condições de trabalho em determinadas situações e atividades, como, por exemplo, a utilização de determinadas substâncias. Assim, o emprego de instrumental técnico validado acabou por tornar-se capaz de sustentar ao longo do processo as reivindicações do operariado (ALONSO, 2007; BELLI, 2001).

Em 1968, em Ravenna, foi realizado um convênio regional de Medicina Preventiva e Ambiente de Trabalho, com a participação de Ivar Oddone, que discorreu sobre os princípios norteadores do modelo. Foi ressaltada a importância do papel do sindicato e como que, tanto a validação consensual quanto a não delegação, não são princípios de luta e ação que acontecem espontaneamente, mas somente se tornam capazes de mudar a realidade se for demonstrado com firmeza e de forma clara o seu objetivo.

Na fábrica, coube ao sindicato identificar grupos operários homogêneos de trabalhadores³ expostos aos mesmos riscos à saúde, subsidiar as

³ Grupo de operários que por terem as condições de trabalho e exposições semelhantes foram denominados de homogêneos.

análises ambientais fornecendo modelos e suas estruturas e sistematizar as informações recolhidas pelos grupos. Estas, obtidas pela observação espontânea visando à busca de soluções, passam a ser objeto de contestação e negociação para a criação de um sistema permanente de controle das situações causadoras dos problemas que afetam a saúde dos operários. (BELLI, 2001). O grupo operário homogêneo assumiu um protagonismo no sentido de avaliar os riscos e perigos nas fábricas e se consolidou como instância capaz de sugerir e exigir as modificações necessárias, tornando-se o principal interlocutor político e científico do processo. Esses conceitos foram sintetizados, enquanto palavras de ordem, no lema “*A saúde não se vende nem se delega: se defende*” transformando-se na marca do movimento, aparecendo em cartazes, periódicos sindicais (MACCACARO, 1980) “e publicações, como no título do livro de Alonso (2007), em que é narrada a trajetória do modelo operário”. (PAIVA; VASCONCELLOS, 2011, p. 388).

As observações empíricas dos operários, especialmente no âmbito de suas atuações no grupo homogêneo, tiveram como resultado o mapa de riscos. Atualmente consagrado em vários países do mundo, inclusive no Brasil, o mapa de riscos passou a ser o principal instrumento, criado pelos próprios trabalhadores, para realizar as análises metodológicas qualitativas do ambiente, do processo e das condições de trabalho nas fábricas. O mapa de riscos foi um estímulo à participação do trabalhador ao ver-se identificado no instrumento. A representação estampada no documento impresso e validado consensualmente legitimava a correlação entre o estado de saúde dos operários e a exposição ao risco correspondente (ALONSO, 2007).

A partir do biênio 1968-1969 diversas conquistas foram ocorrendo como a eliminação, ou expressiva diminuição, da monetarização do risco nos novos contratos de trabalho firmados no período. Outra conquista foi a exigência, por parte dos trabalhadores, do controle sobre as condições de trabalho nocivas à saúde, assim como, o poder de intervenção dos trabalhadores em todas as situações capazes de afetar sua integridade física e psíquica, estabelecendo-se diversos acordos (BERLINGUER, 1983). A promulgação do Estatuto dos Trabalhadores (Lei nº 300) em 1970 foi o ápice do movimento e seu conteúdo proibia acertos promovidos pelos patrões que envolvessem absenteísmo, doenças ou acidentes de trabalho e, ainda, determinava o seu controle por intermédio dos serviços públicos de inspeção. Os trabalhadores tinham direito, por meio de seus representantes, de controlar a aplicação de normas para a prevenção de acidentes e de doenças profissionais e de promover investigações, elaborações de propostas e execução de medidas de proteção da saúde. Outras conquistas favoreceram a consolidação do movimento e seu modelo de intervenção como a nova consciência de juristas e médicos sobre essas questões; a ideia de que a lei poderia ser aprimorada e ampliada; a realização de inquéritos com a participação de trabalhadores e técnicos; e o engajamento da sociedade local no controle das intervenções sanitárias. A ideia de que a saúde

deveria ser protegida “como direito fundamental do indivíduo e interesse da coletividade”, como determina o Art. 32 da Constituição Italiana, corresponde à proposta de um novo modelo de proteção à saúde, em que a participação da comunidade referenda a regulação da relação homem-ambiente (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ITALIANA, 1948).

Em 1972, em Rimini, foi realizada uma conferência para a avaliação do período de 1968-1971 na busca de sintetizar e elaborar um plano de ação que pudesse tratar da questão do ambiente do trabalho. Na Conferência Nacional de Rimini: “A defesa da saúde nos locais de trabalho”, ficou claro para os sindicatos o valor da fábrica como potencial político e cultural dos trabalhadores, lugar de experiência, aplicação e transformação, sem delegação (ODDONE et al, 1986, p.79). Ficou patente nesse histórico encontro a consolidação de algumas conquistas, das quais se pode destacar: o reconhecimento e a socialização de um saber emanado dos trabalhadores; o princípio de não delegar aos técnicos a decisão sobre o que fazer para transformar e a validação consensual; a priorização de um comportamento prevencionista; o direito à informação; e a reestruturação do poder público em função do novo processo.

As conquistas dos trabalhadores italianos como protagonistas ultrapassaram a Itália, e em outros países a opinião dos trabalhadores e suas experiências passaram a ser observadas e respeitadas, deixando de ser mera impressão para ocupar um lugar destinado ao conhecimento científico, com a função de servir como instrumento de transformação.

A classe operária adquire capacidade hegemônica por ser a classe produtora, a classe mais espoliada e atingida, mas também a mais consciente das causas da exploração e da insalubridade, aquela capaz de liberar, consigo mesma, o restante dos homens. (BERLINGUER, 1983, p.63).

Maccacaro (1980, p.80) observa que se a medicina do capital existe para administrar a patologia do capital, a saúde da classe operária deve requerer uma medicina da classe operária, em que esta se expresse como sujeito médico e político. Ao insuficiente controle sanitário deve se juntar o controle social, em que ambos se contraponham a uma medicina baseada na “gestão farmacológica dos problemas sociais” e à ideia de que a rebelião contra o estado natural das coisas é uma forma de doença. Nesse sentido, a medicina não seria curativa nem preventiva, mas “quicá somente calmante e marginalizante”.

A “explosão de uma consciência específica” nos anos 1960, em que o trabalhador reconheceu a si próprio como parte fundamental do processo de produção e do desenvolvimento econômico, possibilitou algumas descobertas relevantes, entre elas, a de que ao se mudar o sujeito do discurso muda-se o próprio discurso. E, quanto ao caráter metodológico, a descoberta de que o grupo operário, a pesquisa de fábrica e a relação entre

fábrica e região, ocupam e se tornam um “lugar” social (MACCACARO, 1980, p.83-84).

Constata-se assim que a classe trabalhadora italiana amadureceu a consciência de luta pela saúde e percebeu que não era mais “objeto” de investigação sanitária, e sim “sujeito” capaz de construir política de saúde. Basaglia et al (1980) assinalam alguns desses pontos fundamentais: o processo saúde-doença como emergente estrutural das condições de trabalho e das condições sociais gerais vinculadas ao trabalho; a incapacidade teórica do modelo médico de analisar a problemática da saúde dos trabalhadores; a solução mais significativa para a crise da saúde é dada pelo movimento operário que reivindica a unidade de ação e luta em torno da relação política e saúde; “a saúde operária é a única que liberando-se, libera também a saúde dos demais homens (BASAGLIA et al, 1980, p. 73); se a medicina do capital serve para administrar a patologia do capital, a saúde da classe operária requer uma medicina da classe operária, em que esta possa se expressar como sujeito médico e político; e, entre outros, as conquistas do movimento operário italiano com o Estatuto dos Trabalhadores.

O pensamento de Gramsci e o MOI

É possível correlacionar o pensamento de Antonio Gramsci com o Modelo Operário Italiano, e estabelecer conexões entre as categorias de análise de seus escritos e os princípios de ação e luta do movimento operário que redundou no modelo de luta pela saúde.

Um método configurou-se gradativamente e se consolidou como um modelo de transformação do trabalho, com foco na eliminação da nocividade, culminando com um novo conceito de saúde do trabalhador. Pautou-se em diversos princípios que foram construídos no curso do processo de luta. Variáveis diversas emergiram no período do MOI, mas é possível assinalar algumas delas. Seguindo Oddone e colaboradores (1986), inicia-se com o princípio da ação sindical dentro da fábrica, a partir do grupo operário homogêneo. Na medida do interesse do grupo operário, com o apoio sindical toma-se como ponto de partida a “pesquisa sobre a realidade”, através da observação espontânea. Esta possibilita o conhecimento dos problemas e a elaboração de propostas de mudança, com a participação das diversas instâncias representativas da pesquisa-ação (o delegado do grupo operário homogêneo, o conselho de fábrica e sua comissão ambiental e o coletivo de operários-médicos-estudantes).

Como princípios transformadores da nocividade no trabalho se pode observar em especial: a organização dos trabalhadores e sua relação com a representação de classe, o trabalho como princípio educativo essencial da mudança, o papel do intelectual orgânico, o surgimento de uma nova concepção de mundo e de um novo senso comum, o trabalhador

como sujeito da transformação, a produção e socialização do conhecimento no trabalho e, principalmente, uma nova metodologia de ação para a transformação do trabalho.

Na filosofia política de Gramsci encontra-se a riqueza de argumentos necessários para compreender o quanto sua proposta de mudanças se reflete no MOI daqueles anos e sua consolidação paradigmática como método de transformação do trabalho na sua relação com a saúde. Gramsci não se deteve em problemas abstratos, separados da vida dos homens, e sim estabeleceu uma relação crítica e dialética entre teoria e prática e certa desconfiança de todo e qualquer intelectualismo pedante, seu pensamento não dava margem a ilusões e em 1920, nas fábricas ocupadas, discutia horas e horas com os operários. Desde a juventude lutava para que a classe operária adquirisse uma formação filosófica e cultural: um instrumento de liberação (BUCI-GLUCKSMANN, 1990).

Entre o pensamento de Gramsci, sua participação ativa na luta operária e a forma de encaminhamento das lutas pela saúde do MOI, são encontradas estreitas correlações. Na exposição a seguir, alguns princípios de ação e luta do MOI considerados mais relevantes, correlacionando-os com as categorias de análise do pensamento gramsciano.

Retorno às Fábricas

A campanha da CGIL de “Retorno às fábricas” teve como objetivo principal abordar os vários aspectos da relação de trabalho para posterior análise dos riscos em que estavam envolvidos os trabalhadores. Não era suficiente o conhecimento da realidade através das denúncias de acidentes e doenças geradas pelo trabalho, era fundamental uma avaliação mais profunda. Assim sendo, em 1956 foi necessário deixar para trás a tese da crise irreversível do capitalismo e partir para uma análise da dinâmica tecnológica e de como era organizado o trabalho (BELLI, 2001).

No Caderno 11, onde Gramsci aprofunda seu pensamento sobre a “filosofia da práxis”, percebe-se o valor dado por ele à unidade entre teoria e prática não como um fato mecânico, mas como um processo que se constrói até alcançar uma concepção de mundo que seja coerente e unitária. O início se dá com a busca da própria concepção do real, e então, “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva auto-consciência, na qual teoria e prática se unificam” (GRAMSCI, Cc, 1, 2011, p.103).⁴ Semeraro (2006) considera que a construção do conhecimento, na visão de Gramsci, deve ter como referencial não só a realidade, mas

⁴ A. Gramsci, *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6v. Esta obra será sempre citada, no conteúdo do texto, como Gramsci, Cc, seguida pelo número do volume, ano e páginas.

também as relações de forças que são produzidas e atuam entre os grupos sociais ao longo da história incluindo as organizações políticas que lutam por uma hegemonia.

Em 1961 na Farmitalia, técnicos, trabalhadores, estudantes e sindicalistas, investigaram os riscos que havia naquela organização de trabalho, e assim inauguravam, com originalidade, uma forma de pesquisa que dava um significado diferente ao que se tinha até então. Contavam com a participação de diversos saberes técnicos aliados às entrevistas, às observações e coleta de múltiplas informações. Em função das experiências e do conhecimento daqueles operários, surgia uma nova forma de coleta de dados de extrema importância. Duas conquistas importantes originaram dessa pesquisa: a primeira de inserir reivindicações de melhoria do ambiente de trabalho na plataforma contratual dos químicos; a segunda, a realização, no mesmo ano, de um “Congresso para a defesa da saúde dos trabalhadores da Farmitalia” (ODDONE *et al*, 1986, p.72).

A conquista de um grupo subalterno na sociedade, na visão de Gramsci, não se deve limitar apenas a reivindicações materiais, mas sim almejar uma nova forma de pensar, com valores diferenciados, novas relações sociais e a construção mais democrática do conhecimento, onde todos possam atingir um progresso intelectual (SEMERARO, 2006).

No Congresso de 1961 as declarações dos trabalhadores da Farmitalia, eram:

Queremos esclarecer que este congresso e o diálogo entre trabalhadores e médicos que o permitiu, não nasceram *espontaneamente* e nem foram levados para a fábrica e para fora dela de cima para baixo, isto é, são o resultado de um esforço paciente e tenaz que uniu a cúpula da organização aos seus militantes e filiados e a quase todos os trabalhadores de outros sindicatos ou não organizados, sobre a base de uma discussão séria e de paciente elaboração, na qual cada um contribuiu com a sua experiência e assimilou a experiência dos outros, numa *madureza de consciência* e de ação em todos os níveis. [...] O que mudou neste ano, são os termos da discussão dos trabalhadores, é a posição que os trabalhadores tomaram [...] na defesa da sua saúde. Na base desta mudança está o esclarecimento, pelos trabalhadores, da contradição que regula, na FARMITALIA, como em outros lugares, a relação entre trabalhadores e produção também no campo da saúde (ODDONE *et al*, 1986, p. 72-73, grifos nossos).

No discurso anterior, podemos identificar as ideias de “*espontaneidade*” e “*direção consciente*”, tão citada em Gramsci, que considerava a espontaneidade com um potencial de mudança, mas que sem direção não seria suficiente para processar transformações. Nos Cadernos, referindo-se ao movimento de ocupação das fábricas de 1920, escreveu:

Este elemento de ‘espontaneidade’ não foi negligenciado, menos ainda desprezado: foi *educado*, orientado, purificado de tudo o que de estranho podia afetá-lo, para torná-lo homogêneo em relação à teoria moderna, mas de modo vivo, historicamente eficiente (GRAMSCI, Cc, 3, 2011, p. 196 – grifo no original).

Os trabalhadores, no discurso, ressaltam o valor da experiência de cada um, da troca entre eles e da conquista de consciência, remetendos-nos ao que Gramsci fala sobre o filósofo que existe em cada um, e como participamos de uma determinada concepção de mundo:

Após demonstrar que todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente – já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na ‘linguagem’, está contida uma determinada concepção do mundo – passa-se ao segundo momento, ao momento da crítica e da consciência [...] (GRAMSCI, Cc, 1, 2011, p.93).

Só a partir do conhecimento das contradições que pautavam as ações da indústria foi possível a conscientização do processo no qual estavam inseridos e a elaboração de uma crítica em relação aos riscos a que estavam expostos. A indústria priorizava a produção e não a saúde dos trabalhadores, o que evidenciava uma contradição. O problema não se limitava às deficiências pontuais no sistema de proteção e a partir dessa constatação os trabalhadores começaram a estudar a fábrica “[...] recolhem os elementos necessários para desenvolver o diálogo com os médicos que a organização de classe põe à sua disposição e, neste diálogo, se mobiliza a maioria dos trabalhadores. Do diálogo intenso, o problema emerge em toda a sua complexidade, dentro e fora da fábrica. [...]”. O Congresso concretizou uma base para que os trabalhadores desenvolvessem as ações que haviam sido iniciadas com organização e força. A solução era para além daquela fábrica: “[...] para impor a solução de um problema que não é só da Farmitalia, não é só dos trabalhadores e das organizações sindicais, mas tem caráter social, humano e político capaz de empolgar todo o país” (ODDONE *et al*, 1986, p. 73).

A primeira ação foi buscar junto aos médicos a explicação para os distúrbios relatados pelos trabalhadores; a segunda se relacionava com a postura do sindicato de monetarização do risco que adquiriu uma postura de cuidado e proteção à saúde com a adesão ao slogan “a saúde não se vende” que, embora fosse de enorme valor, não era de fácil execução. Culturalmente a monetarização do risco atingia tanto os trabalhadores quanto aos empresários, e era difícil para o sindicato criar uma estratégia que se contrapusesse a ela (BELLI, 2001; ODDONE *et al*, 1986).

Gramsci assinalava que toda a “desconstrução” deve ser seguida por uma reconstrução social que possa ampliar os espaços de participação. Para Gramsci, “a antítese e a contraposição” facilitava a união das massas,

mas deixava de lado o fundamental, que seria: o conhecimento dos trabalhadores, a capacidade de entendimento político, a condição de poder se apropriar dos processos sócio-econômico e político a que estão submetidos e a construção de um projeto próprio e hegemônico. A desconstrução, por si só, não representa mudança e deve ser acompanhada de uma proposta de (re)construção que envolva a coletividade e que busque mais liberdade, mais justiça, caracterizando uma conquista política e econômica para as classes subalternas (SEMERARO, 2006, p.47,48).

Os trabalhadores usavam a literatura científica e suas experiências culturais como meios para socializar as soluções que haviam encontrado e dispensavam as que não lhes serviam, a despeito dos baixos salários, da monetarização da saúde e da falta de propostas concretas que dificultavam a luta contra a nocividade no trabalho. A escolha da monetarização da saúde não era inconsciente, mas era uma “[...] escolha forçada entre a perda quase certa da saúde, embora retardada no tempo, e dificuldades econômicas ligadas aos baixos salários...”. A relação entre a classe operária e os técnicos, também apresentava problemas já que os técnicos viam o operariado como uma parte passiva na tomada de decisões, por não apresentarem soluções concretas capazes de fortalecer a luta a favor da saúde: “Os objetivos eram muito ambiciosos porque eram exclusivamente a nível de propostas: não se tinha ainda traçado uma linha nem eram claros os termos da participação operária nas soluções dos problemas da nocividade” (ODDONE *et al*, 1986:73-74).

Tornou-se evidente a contradição entre diferentes combinações: a mobilização propositiva dos operários, com base na sua aquisição de conhecimentos teóricos e o desejo de mudanças; uma imobilidade operária provocada por sua subordinação à política patronal; sua submissão às decisões delegadas aos técnicos patronais; suas necessidades econômicas; e sua dependência e incapacidade de se tornarem mais autônomos. Teoria e prática em contradição fizeram emergir a dificuldade do grupo em conduzir a sua luta com uma forma de pensar unitária e coerente com a sua ação. No Caderno 11, Gramsci observa:

Este contraste entre o pensar e o agir [...] significa que um grupo social, que tem sua própria concepção do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional – isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico –, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em ‘épocas normais’, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada (GRAMSCI, Cc, 1, 2011, p.97).

Muitas foram as dificuldades, mas também as conquistas. Fichas de registros e cadernetas utilizadas para controle de estoque, produtos, peças, etc., nas indústrias, tornaram-se também objeto de controle, por sugestão dos sindicatos, aplicados aos operários como forma de acompanhamento e de avaliação dos riscos a que eram submetidos. Eram cadernetas individuais, e o mais importante, é que eram formuladas e controladas pelos próprios trabalhadores com a ajuda de técnicos (BERLINGUER, 1983).

Com o retorno à fábrica foi possível a conquista do direito aos trabalhadores de intervir, de investigar cientificamente, de modificar processos de produção, com o objetivo de proteger a saúde. Ficou evidenciado também nesse processo que o desejo de fazer, mesmo em condições avessas, foi possível por uma consciência sindical e política desenvolvida e pelo conhecimento da relação de exploração (saúde) a que os trabalhadores eram submetidos.

Não Delegação e Validação Consensual

Diante do aumento importante de acidentes e mortes no trabalho, e de uma cultura que responsabilizava a conduta do trabalhador pelos acidentes ocorridos, em 1964 a CGIL percebe a necessidade de uma implicação maior e a responsabilização dos trabalhadores, na luta pela prevenção de danos no ambiente de trabalho. Criou-se assim, o conceito de “não delega” e de “validação consensual” (BELLI, 2001, p.38).

Na Fiat Mirafiori trabalhadores junto com um médico, uma vez por semana, encontravam-se na 5ª Liga Mirafiori, para discutir a nocividade no ambiente de trabalho e saúde. No documento “Do grupo operário homogêneo à prevenção”, trabalhadores relatam que muitas dificuldades foram resolvidas dentro das fábricas e também na organização sindical, entre a década de 1950 até 1976 que culminou com a conquista da padronização de um modelo de controle e intervenção sindical (ODDONE et al, 1986, p. 74). No Caderno 11, Gramsci valoriza a organização, a ligação entre teoria e prática e a disciplina:

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos; e, neste processo, a ‘fidelidade’ da massa [...] é submetida a duras provas. (GRAMSCI, Cc, 1, 2011, 104).

As concepções sobre o conceito de saúde e do que seria problema do trabalho eram diferentes para técnicos e operários. Era preciso unificar os conceitos utilizados e para isso foi necessário um esforço de entendimento. Coube ao médico socializar o seu conhecimento técnico para que juntos (operários e médico) pudessem criar uma linguagem única que facilitasse a criação de um método. Oddone e colaboradores (1986, p.77) ressaltam a similaridade com o pensamento de Gramsci na valorização da criação de uma cultura

não significa apenas fazer individualmente descobertas 'originais'; significa também e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. (GRAMSCI, Cc, 1, 2011, p. 95).

As descobertas científicas no campo do trabalho precisavam ser levadas ao conhecimento dos trabalhadores de uma forma eficaz, para que eles se apropriassem e se tornassem protagonistas na luta contra a nocividade no trabalho. Na declaração do documento "Do grupo operário homogêneo à prevenção" tem-se que:

À medida que os operários tomavam consciência de que eles próprios, na primeira pessoa, podiam dizer se um certo tipo de ambiente de trabalho andava bem ou não, diminuía (ou seguramente, mudavam de valor) as perguntas e as solicitações feitas ao médico: permanecia sempre um 'responsável' pela saúde, mas já existia a consciência de que, se pretendiam ter resultados, nem àquele técnico amigo seria possível delegar a solução do problema (ODDONE *et al*, 1986, p. 75).

Era importante que a vanguarda do movimento passasse adiante os resultados já alcançados. O valor dado ao saber do operário levava-os à consciência da não delegação. Também no *L'Ordine Nuovo*, Gramsci no artigo "Socialismo e Cultura" trata do valor da organização, da disciplina e da cultura como:

[...] conquista de uma consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. Mas nada disso pode ocorrer por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade, como ocorre na natureza vegetal e animal [...]. O homem é sobretudo espírito, ou seja, criação histórica, e não natureza (GRAMSCI, 2004, p. 58).

No processo de criação dos dezesseis centros de luta contra a nocividade no trabalho, Ivar Oddone teve um papel fundamental ao levantar a questão da saúde, não como uma das questões a ser reivindicada, mas como algo a ser construído com os trabalhadores, provocando um salto

qualitativo na relação entre técnicos e trabalhadores (BELLI, 2001). No Caderno 12 de Gramsci, encontramos a concepção do intelectual orgânico que se enquadra no papel de Ivar Oddone na criação do modelo operário italiano:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, Cc, 2, 2010, p.15).

Para Oddone et al (1986) a subjetividade e a experiência operária passam a ser o instrumento para o desenvolvimento de um modelo capaz de controlar a nocividade no ambiente do trabalho. Tanto a subjetividade operária, que pode ser considerada como o acervo cultural que os trabalhadores trazem como resultados de sua percepção das coisas do trabalho, quanto experiência operária, que pode ser representada pelo acúmulo de situações vividas e suas decorrências, transformam-se em fatores predominantes na luta pela mudança no trabalho. A não delegação aos técnicos da decisão sobre o que fazer ou não é o fator que possibilita uma nova hegemonia operária. No entanto, esse reconhecimento esbarra com o arranjo hierárquico arraigado do modelo dominante calcado na estrutura capitalista de classes, contendo o avanço na transformação da nocividade do trabalho. Para avançar é preciso criar uma estratégia de consolidação, aproximando a subjetividade e a experiência operária com o conhecimento técnico tradicional, buscando pontos de consenso e validados no processo de luta contra a nocividade. Não delegação e validação consensual firmam-se como pilares estratégicos dessa luta. Gramsci, de alguma forma, no Caderno 22 sinalizava para essa estratégia na história italiana antes de 1922, chegando à conclusão

de que precisamente os operários foram os portadores das novas e mais modernas exigências industriais e que, a seu modo, defenderam-nas implacavelmente; pode-se mesmo dizer que alguns industriais compreenderam este movimento e procuraram se apropriar dele [...] (GRAMSCI, Cc, 4, 2001, p.258).

Em relação ao papel do médico Berlinguer (1986) ressalta que se considerando que a clínica médica surgiu como ciência na medida do seu envolvimento com a anatomia patológica do homem, só é possível se pensar em um sistema de prevenção desenvolvendo-se o estudo da sociedade. Individuo e ambiente se relacionam de maneira favorável ou não à saúde do homem. É necessário que se individualize as forças sociais contrárias à degradação da natureza e do homem destacando os que privilegiam a construção de uma nova sociedade à favor da vida. Para ele (no momento

que escreveu o livro “Saúde nas fábricas”), os profissionais da saúde não percebem nos seus locais de trabalho, nem na classe a que pertencem, uma demanda para conhecer, criticar e minimizar as causas de doenças que surgem das relações sociais.

Em consonância com Berlinguer é possível afirmar que o papel do médico, em especial, se cumpre quando, em uma sociedade onde o modo de produção aliena os seus produtores, a exploração é a sua marca e persista um conflito insano entre natureza e instituição, ele abre mão de fazer do homem o seu único objeto de estudo e assume a dimensão político-social de sua atividade e da sua função privilegiando uma intervenção integrada com outros saberes, em prol da saúde no ambiente de trabalho sem, entretanto abrir mão de seus conhecimentos e técnicas.

A fábrica, grupo operário homogêneo e formação sindical

Iniciado o processo, era necessário conhecer melhor a fábrica e encontrar outros companheiros de luta na mesma busca. Assim, teve início uma pesquisa de campo, com a coleta de informações sobre as máquinas, as atividades, os materiais e outras categorias. É colocado abertamente, junto ao médico, a relação das doenças e os efeitos no organismo, com o uso de determinadas substâncias.

No Caderno 12, Gramsci desenvolve uma reflexão sobre as características do “dirigente” político e sua capacidade de julgar soluções projetadas por pessoas que são especialistas em determinado assunto. Ele nos fala de um “tipo de colegiado deliberativo, que busca incorporar a competência técnica necessária para operar de um modo realista”. Ele se reporta, como exemplo, às redações de revistas que funcionavam também como espécie de “círculos de cultura”

através da discussão e da crítica colegiada (feita através de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, crítica construtiva e voltada para educação recíproca), mediante as quais cada um funciona como especialista em sua matéria a fim de complementar a qualificação coletiva[...]. (GRAMSCI, Cc, 2, 2010, p. 35).

Apesar de não estarmos falando de uma revista, o processo que se desenvolve com operários e técnicos na década de 1960, parece seguir os passos do círculo deliberativo proposto por Gramsci, onde é possível “elevar o nível médio” das individualidades através de uma educação que permite a troca de saberes capaz de favorecer a qualificação do grupo abrindo espaços para outras possibilidades e capacitações.

A análise do ambiente passou a se dar de maneira homogênea, com o objetivo de unificar a avaliação dos problemas. Para a avaliação da salubridade, primeiro, são utilizadas categorias comuns (luz, poeira), depois

os elementos de uma fábrica (gases, vapores) e categorias subjetivas (fadiga, stress) de difíceis de aferição. Como resultado deu-se a construção de um manual para o detalhamento técnico das atividades definindo melhor os elementos que seriam fundamentais para a abordagem da questão da no-cividade. Em 1968, o papel do sindicato fica mais evidenciado com a função de identificar grupos homogêneos de trabalhadores que pudessem criar modelos para analisar o ambiente, propondo soluções, negociando e desenvolvendo um sistema de controle permanente dos problemas. Colaboravam nas avaliações de risco e reivindicavam modificações que considerassem necessárias, tornando-se importantes interlocutores do processo (ODDONE et al, 1986; BELLI, 2001).

Gramsci (2004, p.301) no período do L'Ordine Nuovo, considerava que, para se obter uma visão do todo, seria necessário que o operário se inserisse no processo produtivo específico sem perder a dimensão da totalidade adquirida com a sua consciência, e dizia:

Numa fábrica, os operários assumem uma configuração, organizando-se em função da produção de um determinado objeto que une e organiza trabalhadores do metal e da madeira, pedreiros, eletricitistas, etc., assim também a classe proletária assume, na *cidade*, a configuração dada pela indústria predominantemente, que, com sua existência, organiza e governa todo o complexo urbano. Assim também, em escala nacional, um povo se configura a partir de sua exportação, da contribuição real que dá à vida econômica mundial (GRAMSCI, 2004, p. 408, grifo no original).

Berlinguer, a respeito do que ocorreu na Itália daqueles anos com o MOI, assinala que o valor das aquisições ultrapassa a área da saúde e à Itália, e que poderiam ser retiradas dessa luta

algumas indicações interpretativas de valor internacional para argumentos antigos que hoje suscitam debates apaixonados: a democracia como participação de massa; a relação ciência-trabalho e ciência-poder; os valores humanos na tecnologia moderna; a relação homem-ambiente. (1983, p. 23-24).

Também Gramsci acredita que após um período de determinismo mecânico e ausência de luta, vem a superação e desenvolve-se um senso crítico sobre a maneira de pensar:

[...] ocorre uma modificação no 'modo social de ser' [...] se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não o é mais: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista [...] hoje sente-se responsável, já que não é mais resistente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor. (GRAMSCI, Cc, 1, 2011, p. 106).

O processo histórico de luta na Itália, nas décadas de 1920 e 1930, evidenciava uma enorme contradição. A mudança que se tentava em prol de uma melhoria de vida e trabalho, estava vinculada a uma mudança geral de forças, e não a uma tentativa de encontrar espaços dentro da fábrica para a aplicação das experiências, da cultura e da força operária. Era considerado adesismo qualquer tentativa de negociar com a empresa, ou a análise de qual a melhor maneira de negociar, mas fazia parte do contexto normal que os operários contribuíssem com indicações de mercados para a empresa, indicações de investimentos e sugestões para a produção. A partir de uma análise crítica, a CGIL mudou a direção da luta, priorizando então que a liberdade do trabalhador deveria abranger a capacidade de negociar todos os aspectos da relação de trabalho. Era preciso considerar a centralidade da fábrica e sua capacidade de interferir no modelo de desenvolvimento e na organização capitalista do trabalho. Oddone et al (1986, p. 79) viram a centralidade da fábrica como meio de mudança, como potencial político e cultural, espaço democrático e “Por isto é o laboratório onde se experimenta e se aplica, diretamente e sem delegação, a experiência e a cultura operária na transformação da organização do trabalho, como condição, para que a fábrica funcione, produza e torne suportável o trabalho”. Também para Gramsci era necessário estudar a fábrica, enquanto organismo político, como “território nacional do autogoverno operário” e defendia a criação dos “conselhos de fábrica” como uma instituição de caráter público, isto é, instituição representativa,

[...] se é verdade que a nova sociedade será baseada no trabalho e na coordenação das energias dos produtores, então os locais onde se trabalha, onde os produtores vivem e atuam em comum serão amanhã os centros do organismo social e deverão tomar o lugar das entidades dirigentes da atual sociedade. Assim como, nos primeiros estágios da luta operária, a organização por categoria era a que melhor convinha aos objetivos de defesa, às necessidades das lutas pelo melhoramento econômico e disciplinar imediato, do mesmo modo hoje – quando começam a se delinear e a adquirir consistência cada vez maior na consciência dos operários os objetivos de reconstrução – é necessário que surja, ao lado e em apoio da primeira, uma organização por fábrica, verdadeira escola das capacidades reconstrutivas dos trabalhadores. (GRAMSCI, 2004, p.217).

A socialização dos conhecimentos iniciada na década de 1960 prosseguiu através de cursos promovidos pelas escolas centrais, e outras instituições, para ativistas, grupos dirigentes, comitês centrais, instrutores entre outros. Inicialmente o que, era apenas transmissão de conhecimento transforma-se em um debate de ideias, entre instrutor e participante, com o objetivo de buscar um acordo. O que era divulgação se converte na criação de uma metodologia que teve como princípio a pesquisa coletiva, abrindo espaço para um novo relacionamento entre os que tinham alguma

experiência direta e os que tinham a experiência apreendida com outros. A tentativa era de estabelecer um nexo entre a consciência de classe, experiência e ciência, relacionando o problema do ambiente e da organização do trabalho. Oddone e colaboradores (1986, p.99) referindo-se a Gramsci, observam que as várias iniciativas dos centros de formação sindical têm:

[...] a missão de elaborar políticas específicas do sindicato, representam um momento fundamental na solução não somente do relacionamento entre operários e técnicos numa perspectiva gramsciana para criar o dirigente entendido como especialista mais político: o intérprete novo, cujo modo de ser ... (consiste) em misturar-se ativamente na vida prática como construtor, organizador 'persuasor permanentemente' [...] da técnica de trabalho, chegando à técnica da ciência e à concepção humanística-histórica, sem a qual se é apenas 'especialista' sem chegar a ser dirigente (especialista mais político).

E especialmente no que tange à busca de uma posição "tendencialmente hegemônica":

[...] corresponde a necessidade de conhecer para escolher as produções científicas mais avançadas. Isto somente é possível determinando um alargamento da comunidade científica, que nesta sociedade tem a exclusividade da produção dos modelos científicos e a condição é a da presença ativa nesta comunidade dos intelectuais da classe operária entendida na sua acepção gramsciana, acima mencionada (ODDONE et al, 1986, p. 99).

Semeraro (2006, p. 29) se reportando à Gramsci destaca

[...] não há nenhum 'sujeito homogêneo' portador de uma prévia orientação revolucionária, uma vez que os projetos políticos qualitativamente superiores e a visão mais avançada dos trabalhadores só podem derivar da capacidade de luta, da formação de sua autonomia, da organização e das conquistas sociais [...].

E é o próprio Gramsci que nos aponta a direção:

As idéias e as opiniões não 'nascem' espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade (Cc, 3, 2011, p. 82).

Foi fundamental que a CGIL em 1962 tenha priorizado a ação de negociar todos os aspectos da relação de trabalho, organizando o movimento, partindo da fábrica, no que foi chamado de "luta articulada", o que para Gramsci (2004, p. 313-314) significa "É certo que os sindicatos assumem um caráter revolucionário somente se sua ação for dirigida não

apenas para fins imediatos, mas para um fim último, que vá além dos limites da luta corporativa, e se este fim for explícito e consciente [...]”.

Gramsci ressalta a importância do caráter revolucionário de envolvimento com a luta e, ao mesmo tempo a necessidade de ruptura com as velhas formas de luta das classes trabalhadoras que possam ainda prevalecer. Só desta forma é possível o desenvolvimento de alternativas que sejam do interesse de todos. Vimos que no MOI a luta articulada aliada à teoria que se estruturava e mais à decisão política do sindicato, possibilitou o fortalecimento do movimento que, diante dos problemas da sociedade e o empenho do sindicato, conseguia funcionar porque provocava pressão e era capaz de dar soluções aos problemas dentro da fábrica (Oddone *et al*, 1986:79).

Controle da nocividade: uma avaliação

Para Oddone *et al* (1986, p.100-101) foi difícil dimensionar o que ocorreu dentro da fábrica, muitas das mudanças deram-se nas “cabeças” dos trabalhadores e foram percebidas como alguma coisa genérica. Até mesmo as conquistas sindicais, em relação a acordos e contratos, tiveram seu valor diminuído diante da conquista maior de transformar o modo tradicional de perceber o problema do ambiente e a possibilidade de intervenção na organização do trabalho. Muito havia se perdido ao tentar separar a organização do trabalho, da nocividade do ambiente. Somente a partir de 1969, na Fiat, os grupos homogêneos e os comitês passaram a contestar e a controlar “todos os elementos fundamentais da organização do trabalho”, recuperando os conhecimentos que eram privilégios dos “instrutores” e modificando o que era nocivo, como a ocupação do espaço e a questão do tempo, o que, anteriormente, era solucionado com a monetarização do risco. Com a recuperação dos conhecimentos privilegiados, na “cabeça” dos trabalhadores a solução dos problemas passou a ser a eliminação das causas dos danos, inclusive aquelas oriundas da organização do trabalho. Em 1967, predominava o modelo taylorista e a maior parte dos problemas fugia ao controle dos trabalhadores. Dez anos depois todos os itens passaram a ser controlados e ou regulados nos contratos de trabalho. Além disso, a monetarização dos riscos e as discriminações entre sindicalizados e não sindicalizados foram praticamente eliminadas.

No “L’Ordine Nuovo”, Gramsci (2004, p.269) refletindo sobre a capacidade de transformação dos operários e camponeses nos fala que “Todo trabalho revolucionário só tem probabilidade de êxito quando se funda nas necessidades vitais e nas exigências culturais dos operários fabris e dos camponeses [...]”. Igualmente no MOI o delegado do grupo passou a ser uma referência para a solução dos problemas, mesmo para os não sindicalizados. A intervenção nascia na fábrica como parte integrante de um

território, e as conquistas diziam respeito às mudanças de posturas individuais e dos planos de intervenção de toda uma classe, transformando o operário em “dirigente” (ODDONÉ et al 1986, p. 109). Semeraro (2003, p. 262) fala da proposta de Gramsci para uma hegemonia popular sem o uso da violência:

lançando mão de outro tipo de armas: o distanciamento crítico da realidade, a formação da sua autonomia pela ação política, a representação de si pela criação de uma cultura própria, a participação ativa na construção de um projeto popular de democracia articulado com forças nacionais e internacionais.

Oddone et al (1986, p.109) perceberam o desenvolvimento de “uma real capacidade de dirigir”, sendo mais relevante o “quanto cresceu a consciência da classe operária como classe hegemônica”. Também cresceram os técnicos e estudantes, especialmente, no que diz respeito à crítica ao sistema, embora tenha faltado o reconhecimento da hegemonia da classe operária. Alianças entre intelectuais, técnicos e a classe operária foram criadas. A partir da validação consensual processou-se uma transformação cultural que deu origem a um método: só a denúncia não era suficiente, era necessário ter o controle das condições do ambiente e da saúde, através de cadernetas e registros que avaliavam a eficácia das soluções propostas, mesmo as de longo prazo. Quanto a não delegação, o valor da experiência operária e o da observação do grupo operário homogêneo cresceram cada vez mais.

Gramsci, nos Cadernos, fala sobre os “conselhos de fábrica”, e observa que a divisão do trabalho transforma o trabalhador em algo facilmente substituível, fazendo escapar a complexidade do todo de que faz parte, “[...] o conjunto dos trabalhadores da fábrica [deve] ser concebido como um ‘trabalhador coletivo’ – eis os pressupostos do movimento de fábrica, que tende a fazer com que se torne ‘subjeto’ o que está dado ‘objetivamente’” (GRAMSCI, Cc, 4, 2001, p.313). Do mesmo modo Oddone et al (1986:109) afirmam: “O caráter e o valor da experiência é dado pelo modo como os operários colocam os problemas e identificam as soluções”. Quando o operário descobria que ele podia resolver os problemas que não eram previstos, nem mesmo pelo pressuposto de um método do tipo Taylor, ele percebia que entre o projeto da fábrica e a realidade da produção existia uma lacuna que poderia ser preenchida pela sua interferência. A conscientização e o reconhecimento do problema impulsionavam os operários para a busca e investigação coletiva que superavam a pesquisa científica tradicional, colocando-a em posição inadequada para suprir essas novas necessidades.

A esse respeito Gramsci diz que

Não existem ciências por excelência e não existe um método por excelência, ‘um método em si’. Toda pesquisa científica cria para si

um método adequado, uma lógica própria, cuja generalidade e universalidade consiste apenas em ser 'conforme ao fim'. (GRAMSCI, Cc, 1, 2011, p. 234).

Gramsci pensa que não é só qualificando o operário que se garante uma sociedade democrática, mas transformando cada "cidadão" em "governante",

[...] a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (no sentido de governo com o consentimento dos governados), assegurando a cada governado o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessárias a essa finalidade. (GRAMSCI, Cc, 2, 2010, p. 50).

Para Oddone e colaboradores (1986, p.112) a experiência operária, representada como experiência de um coletivo, deveria ser considerada como uma referência para orientação de outros trabalhadores. No Caderno 15, Gramsci considera que a ação é fruto de diversas vontades, que variam de intensidade, de consciência, de homogeneidade do conjunto da vontade coletiva, e assim, também a teoria que lhe corresponde é o conjunto de crenças e posições heterogêneas e desarticuladas. A teoria se adere à prática, nestes termos,

Construir com base numa determinada prática, uma teoria que coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à máxima potência [ou na mão inversa, onde,] dada uma certa posição teórica, no de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação. A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional (GRAMSCI, Cc, 1, 2011, p. 260).

Gramsci (Cc, 1, 2011, p. 260) ressalta o valor da identidade entre teoria e prática, em momentos "de transição" em especial se as forças desencadeadas na prática precisam de justificativas para se expandir ou quando os programas teóricos se multiplicam e necessitam também de uma justificativa realista, na medida do potencial que demonstram para serem assimilados na prática. Em sua análise sobre o MOI, Laurell e Noriega (1989, p. 92) assinalam que "o modelo epistemológico implícito no Modelo Operário não apresenta uma diferenciação entre teoria e prática, pois a teoria torna-se imediatamente prática e vice-versa".

Gramsci (2004, p. 278) considerava a fábrica uma "verdadeira escola". Orienta os comissários a se tornarem vigilantes nas seções da fábrica, fazendo cumprir as regras de trabalho estabelecidas pelas federações de categoria e fixadas nos contratos e lembra que, com o tempo, algumas mo-

dificações deveriam ser feitas nos regulamentos, “tanto pelo progresso técnico da produção, quanto pela evolução da consciência e da capacidade dos próprios trabalhadores”.

É inesgotável a possibilidade de correlação entre o pensamento de Gramsci, no sentido da luta pela transformação da sociedade, a partir da fábrica e da organização dos operários, com o movimento realizado na Itália, que deu origem ao MOI. Não se constitui em exagero perseverar que o modelo metodológico criado pelos trabalhadores italianos, e os intelectuais orgânicos que participaram daquele processo, encontra fundamento e se alicerça no pensamento de Antonio Gramsci. Especialmente, ao traçar estratégias metodológicas de superação da utopia para chegar à transformação da realidade:

[...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, Cc, 1, 2011, p. 238).

Referências

- ALONSO, A. C. (Org.). El modelo obrero. In: ALONSO, A.C. *La salud no se vende ni se delega, se defiende*. Fundación Sindical de Estudios. CC.OO. Madrid: Ediciones GPS, 2007.
- BASAGLIA, F. et al. *La salud de los trabajadores: aportes para una política de la salud*. México: Editorial Nueva Imagen, 1980.
- BELLI, A. “Delega” e “non delega”: la CGIL davanti all’infornuto e alla malattia professionale. [Tesi Di Laurea] Firenze: Facoltà di Scienze Politiche “Cesare Alfieri”/Università di Firenze, 2001.
- BERLINGUER, G. *Saúde nas fábricas*. Rio de Janeiro: Editora CEBES, 1983.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. (Trad. Angelina Peralva) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ITALIANA (1948)-versão em português. Disponível em: <http://www.cidadaniaitaliana.me/2013/03/constituicao-republica-italiana-1948-versao-portugues.html>
- GRAMSCI, A. *Escritos políticos: 1910-1920*, v. 1, Carlos Nelson Coutinho (Org./Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. v. 1, 5ª Ed. [Carlos Nelson Coutinho (Ed./Trad.); Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira (Co-Ed.)]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. v. 2, 5ª Ed. [Carlos Nelson Coutinho (Ed./Trad.), Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (Co-Ed.)]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. v. 3, 4ª Ed. [Carlos Nelson Coutinho (Ed./Trad.), Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (Co-Ed.)]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. v. 4, 1ª Ed. [Carlos Nelson Coutinho (Ed./Trad.), Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira (Co-Ed.)]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LAURELL, A.C.; NORIEGA, M. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.
- MACCACARO, G. Clase y salud. In: BASAGLIA, F. et al. *La salud de los trabajadores: aportes para una política de la salud*. México: Editorial Nueva Imagen, 1980.
- ODDONE, I; MARRI, G.; GLORIA, S.; BRIANTE, G. et al. *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*. (Trad. Salvador Obiol de Freitas). São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

PAIVA, M. J; VASCONCELLOS, L. C. F. Modelo Operário Italiano: o surgimento do campo da saúde do trabalhador. In: VASCONCELLOS, L.C.F.; OLIVEIRA, M.H.B. (Org.) *Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2011.

SEMERARO, G. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida/SP: Idéias e Letras, 2006.

VACCA, G. A esquerda italiana e o reformismo no século XX. (Trad. Luiz Sérgio Henriques) In: VACCA, G. *Il riformismo italiano: dalla fine della guerra fredda alle sfide future*, Prólogo, 2006. Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=732>>. Acesso em 05 abr. 2010.

Recebido em 22 de agosto de 2013.

Aprovado para publicação em 20 de novembro de 2013.